**DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
CONCURSO PÚBLICO
CARGO DE DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA**

PROVA ORAL/MALOTE 9

GRUPO IV – DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 1

Relacione o mandado de injunção e o controle objetivo de constitucionalidade, enunciando o pressuposto dogmático de tal relação e descrevendo o remédio constitucional em linhas gerais.

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

15 Controle de constitucionalidade. 16 Remédios constitucionais. 15.6 Mandado de injunção.

PADRÃO DE RESPOSTA

O candidato deverá informar que a ordem pode ter efeitos restritos (subjetivo, concreto) ou abrangente (objetivo, *erga omnes*).

O candidato deve identificar a evolução da jurisprudência:

- mera declaração da omissão combinada com ordem dirigida ao Legislativo (MI 107);
- mera declaração e ordem com prazo (MI 283);
- declaração, ordem com prazo e regulamentação com efeitos concretos se mantida a inércia (MI 232);
- regulamentação abstrata (MI 720).

O candidato deve:

- relacionar a injunção com efeitos abstratos ao controle de constitucionalidade;
- relacionar a injunção e a ação direta de inconstitucionalidade por omissão;
- informar que a injunção tem por objeto omissão que impossibilite o exercício de direitos constitucionais e prerrogativas relacionadas à cidadania, à nacionalidade e à soberania;
- informar ser a defensoria pública legitimada ativa para a injunção;
- informar que a injunção pode ser individual ou coletiva;
- informar que a injunção pode atacar omissão total ou parcial;
- informar que a injunção não perde seu objeto quando editada a norma reclamada ante a necessidade de dar solução à omissão que existia em relação aos casos anteriores à regulamentação (MI 943);
- informar que a ordem pode ser desconstituída por alterações contextuais subsequentes;
- identificar a insuficiência democrático-representativa da substituição do processo legislativo por uma decisão judiciária.

**DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
CONCURSO PÚBLICO
CARGO DE DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA**

PROVA ORAL/MALOTE 9

GRUPO IV – DIREITO INTERNACIONAL

QUESTÃO 2

A Lei de Migração passou a prever diferentes formas e regimes de proteção, além dos modelos tradicionais de proteção internacional. Uma dessas formas é a proteção contra a não devolução, que já era prevista para o refúgio e para o asilo político no ordenamento jurídico brasileiro.

Discorra a respeito da aplicação dessa norma de proteção complementar, mencionando ao menos quatro outros casos específicos previstos em nosso ordenamento jurídico.

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

2 Lei de Migração. 23 Direito Internacional dos Refugiados.

PADRÃO DE RESPOSTA

O Brasil possui uma importante forma complementar de proteção, que consiste no princípio da não devolução (ou *non-refoulement*) mesmo para pessoas que não se enquadram na condição de refugiado ou asilado político. Segundo a Lei de Migração (art. 49, § 4.º e 96, VI), estão protegidos contra a não devolução:

- (i) estrangeiros menores de dezoito anos desacompanhados dos pais (crianças desacompanhadas), salvo quando a devolução importar em medida de proteção e reintegração familiar (princípio do melhor interesse ou interesse-qualidade da criança);
- (ii) estrangeiros que necessitem de acolhimento humanitário (visto humanitário);
- (iii) estrangeiros que, se devolvidos para seu país ou região, estão sujeitos a “risco à vida, à integridade pessoal ou à liberdade da pessoa” (ex. não foi reconhecida a condição de refugiado, mas mesmo assim a devolução importa nesses riscos);
- (iv) estrangeiros que possam sofrer tortura, tratamento ou pena cruel, desumana ou degradante (ex. extradição para país onde ficaria sujeito ao “corredor da morte”), também garantido pela Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes (art. 3.º), aprovada e ratificada pelo Brasil.